

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as quais abrangem as normas instituídas pela própria Agência e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados e aprovados pela ANS, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho das Operações

A Mediservice Operadora de Planos de Saúde apresentou, no exercício de 2018, uma arrecadação de R\$ 1,473 bilhão (R\$ 1,684 bilhão no exercício de 2017). A Mediservice, ao longo do exercício de 2018, intensificou a implementação de novas iniciativas que visam aprimorar os processos voltados para a administração de planos de pós-pagamento, com foco no oferecimento de novos planos, soluções e serviços aos clientes, além de projetos para o aumento da integração com a Bradesco Saúde, empresa integrante do Grupo Bradesco Seguros, com geração de sinergias.

Resultado do Exercício

A Mediservice Operadora de Planos de Saúde apresentou, no exercício de 2018, Lucro Líquido de R\$ 22,010 milhões (R\$ 48,838 milhões no exercício de 2017), representando uma rentabilidade de 6,88% sobre o Patrimônio Líquido Médio.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas da Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A., em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras estão classificadas na categoria "Valor Justo por meio do Resultado", conforme normas contábeis em vigor.

Principais Ações Estratégicas Realizadas

- Programa "Meu Doutor": foram inseridas as cidades de Volta Redonda – RJ, para as especialidades de clínica médica e pediatria e, Curitiba – PR, para as especialidades de clínica médica, pediatria e ortopedia, ambas disponíveis para todos os planos da Mediservice;
- Planos Administrados: intensificou o desenvolvimento de diversas iniciativas, visando aprimorar os processos voltados para a administração de planos na modalidade de pós-pagamento com foco no oferecimento de novos produtos e serviços aos clientes e na gestão de resultado;
- Rede Credenciada: ampliação da Rede Credenciada de prestadores de serviços médicos, especialmente de clínicas de especialidades médicas, bem como da quantidade de transações eletrônicas, para recepção e tratamento de contas médicas ambulatoriais e hospitalares;
- Acordos com a Rede Credenciada: introdução e repactuação dos procedimentos médicos gerenciados em vários estabelecimentos hospitalares que integram a Rede Credenciada de prestadores médicos. Ampliado o projeto de Segunda Opinião Médica para cirurgias, com vistas ao aumento da qualidade da saúde;
- Programa de Pagamentos Diretos de OPME (Órteses, Próteses e Materiais Especiais) a Fornecedores: visa oferecer aos seus beneficiários, materiais médicos de excelente qualidade, garantindo custos adequados e uma grande variedade de materiais com abrangência de distribuição em todo o País, por meio de relacionamento com os principais fabricantes internacionais de Materiais Especiais de Elevado Custo;
- Programas de Prevenção de Doenças e Promoção da Saúde: manutenção de programas que visam melhorar as condições de saúde dos beneficiários, pela ação preventiva sobre os principais fatores de riscos da população, em conformidade com o programa aprovado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS);
- Lançamento do aplicativo para *smartphones* em versão *android* e *IOS*: agora, os clientes da Mediservice podem conferir, na palma da mão, informações importantes para o seu dia a dia, por meio do celular; e
- Clientes Mediservice, por meio de acordo específico, contaram com os serviços do Bradesco Saúde Concierge, o qual comemorou dez anos, trazendo novidades com o lançamento de um aplicativo exclusivo e a reformulação do *site*. Considerado o mais completo conjunto de serviços da carteira da Operadora, o Concierge tem 92% de satisfação de seus clientes. Outra novidade foi o lançamento de mais uma sala VIP, inaugurada no hospital BP Mirante, em São Paulo. Com o novo espaço, o Concierge passa a contar com cinco salas VIPs, localizadas nos principais centros de referência médico-hospitalar do Brasil, como Albert Einstein (SP), Sírio Libanês (SP), HCor (SP) e Casa de Saúde São José (RJ).

Perspectivas e Planos da Administração para o ano de 2019

- Status de Senha: lançamento da funcionalidade "Status de Senha", que permite ao beneficiário consultar, por meio do *site*, a situação dos pedidos que necessitam de autorização;
- Inclusão de novas funcionalidades no *site* da Mediservice, tais como agendamento "Meu Doutor" e "Novamed", ampliação dos serviços do Desconto Farmácia, marcação de referenciados favoritos, dentre outros, que foram cadastrados no sistema OTimize!; e
- Ampliação do Programa "Meu Doutor Bradesco Saúde" com a inserção de novas cidades.

Gestão de Riscos

O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Mediservice faz parte, em linha com os modelos adotados de melhores práticas no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, possui uma Estrutura de Gestão de Riscos implantada, atuando de forma independente, no que tange à regulamentação, normas e políticas internas, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que o Grupo está exposto sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa, que abrange, desde a Alta Administração, até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos. Possui comitês com funções específicas, permitindo que os riscos, tais como subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados.

Estão inseridos, nesse contexto, categorizar os riscos relevantes para compor o perfil de riscos, monitorar os tipos de riscos assumidos com base nas compensações risco-retorno, para alcançar os objetivos estratégicos e buscar eficiência na gestão de capital, assegurar o acultamento de gestão de riscos nos vários níveis de atuação das empresas do Grupo, incluindo a difusão das políticas, normas e processos, bem como o monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos.

Controles Internos

A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, seja de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável. Suas atividades estão aderentes às normas locais, seguem as diretrizes da política da Organização Bradesco sobre o tema e cumprem as exigências da seção 404 da Lei americana *Sarbanes-Oxley* e os principais *frameworks* internacionais de controles, como o *COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission)* e o *COBIT (Control Objectives for Information and Related Technology)*. A Mediservice realiza, periodicamente, testes de aderência, assegurando a eficiência dos controles e o atendimento às regulamentações e normativas internos do Grupo Bradesco Seguros. Os resultados são reportados à Alta Administração do Grupo Bradesco Seguros, ao Comitê de Controles Internos e *Compliance* e ao Comitê de Auditoria, ambos da Organização Bradesco.

Compliance

O Grupo Bradesco Seguros possui um programa de integridade alinhado aos requisitos da Lei nº 12.846/13, reforçando o compromisso com a transparência e incentivo à conduta ética na condução dos negócios, princípios constantes no Código de Conduta Ética da Organização Bradesco e Setoriais. Os canais de denúncia aos funcionários e ao público externo se mantêm disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares.

O Grupo mantém o compromisso contínuo de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento ao Terrorismo, aprimorando os controles existentes de detecção de situações suspeitas, realizando a devida comunicação ao Conselho de Atividades Financeiras (COAF), apoiando outros esforços governamentais locais e internacionais contra possíveis situações criminosas e assegurando o atendimento às regulamentações pertinentes.

O Grupo Bradesco Seguros, possui uma estrutura de comitês executivos, possibilitando que as tomadas de decisão ocorram nas instâncias pertinentes, resguardando os padrões de conduta e a responsabilidade corporativa, numa contínua busca de excelência em seus processos e uma prestação de contas transparente e ética às partes interessadas.

Governança de Dados e Segurança da Informação

Reafirmando o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes e diante dos desafios da era digital das informações, além de garantir a segurança dos dados, uma governança e gestão da informação mais robusta e fortalecida tem sido um dos focos de atuação do Grupo Bradesco Seguros, alinhada com as novas regulamentações nacionais e internacionais que abrangem o tema.

Agradecimentos

Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos clientes, o apoio recebido dos Órgãos Reguladores, e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e colaboradores.

Barueri, 30 de janeiro de 2019.

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2018	2017
CIRCULANTE		582.724	608.448
Disponível		6.856	5.187
Realizável		575.868	603.261
Aplicações financeiras	4	346.541	323.773
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		320.493	304.081
Aplicações livres		26.048	19.692
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		225.681	275.313
Contraprestação pecuniária a receber	6	214.206	264.945
Operadoras de planos de assistência à saúde		9.724	9.932
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		1.751	436
Créditos tributários e previdenciários	7a	2.803	2.985
Bens e títulos a receber		835	1.184
Despesas antecipadas		8	6
ATIVO NÃO CIRCULANTE		40.349	34.702
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		33.441	27.730
Créditos tributários e previdenciários	7a	29.681	25.634
Depósitos judiciais e fiscais	8	3.760	2.096
IMOBILIZADO	9	1.062	1.242
Imobilizado de uso próprio		259	298
Outras imobilizações		803	944
INTANGÍVEL	10	5.846	5.730
TOTAL DO ATIVO		623.073	643.150

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO	Nota	2018	2017
CIRCULANTE		221.439	294.679
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	11	174.360	203.076
Provisão de eventos a liquidar para o SUS		4.422	4.121
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		169.938	198.955
Débitos de operações com planos de assistência à saúde		10.895	9.748
Tributos e encargos sociais a recolher	12	10.448	10.413
Débitos diversos	13	25.736	71.442
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		17.025	16.663
Provisões técnicas de operações de assistência a saúde	11	1.670	2.236
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		1.670	2.236
Provisões	14	15.355	14.427
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	384.609	331.808
Capital social		350.518	254.500
Reservas de lucros		34.091	77.308
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		623.073	643.150

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2018	2017
Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde		1.473.173	1.683.764
Contraprestações líquidas		1.473.173	1.683.764
(-)Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(4.478)	(5.182)
Eventos indenizáveis líquidos		(1.402.272)	(1.594.889)
Eventos conhecidos		(1.402.272)	(1.594.889)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		66.423	83.693
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		642	527
Receita de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da operadora		1.039	492
Outras receitas operacionais		1.039	492
Outras despesas operacionais	19a	(32.399)	(21.346)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(18.570)	(17.772)
Programa de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças		(197)	(1.136)
Provisão para perdas sobre créditos		(7.014)	1.802
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da operadora		(6.618)	(4.240)
Resultado bruto		35.705	63.366
Despesas de comercialização		-	(868)
Despesas administrativas	19b	(22.513)	(22.040)
Resultado financeiro líquido	19c	22.514	34.288
Receitas financeiras		24.078	37.174
Despesas financeiras		(1.564)	(2.886)
Resultado antes dos impostos e participações		35.706	74.746
Imposto de renda	19d, 20	(11.984)	(16.211)
Contribuição social	19d, 20	(4.364)	(6.065)
Impostos diferidos	19d, 20	3.178	(3.174)
Participações sobre o lucro		(526)	(458)
Resultado líquido do exercício		22.010	48.838
Quantidade de ações		93.281.729	93.281.729
Lucro por ação - R\$		0,24	0,52

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	22.010	48.838
Total do resultado abrangente do exercício	22.010	48.838

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO DIRETO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Atividades operacionais		
(+) Recebimento de planos saúde	1.432.577	1.587.202
(+) Resgate de aplicações financeiras	1.310.401	1.541.654
(+) Outros recebimentos operacionais	66.997	91.330
(-) Pagamento a fornecedores/prestadores de serviço de saúde	(1.430.843)	(1.606.277)
(-) Pagamento de comissões	-	(868)
(-) Pagamento de pessoal	(5.823)	(7.617)
(-) Pagamento de serviços terceiros	(14.319)	(15.729)
(-) Pagamento de tributos	(28.381)	(41.783)
(-) Pagamento de processos judiciais (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(8.317)	(7.186)
(-) Pagamento de aluguel	(1.790)	(1.556)
(-) Pagamento de promoção/publicidade	(400)	(337)
(-) Aplicações financeiras	(1.310.474)	(1.506.611)
(-) Outros pagamentos operacionais	(5.610)	(1.783)
Caixa líquido das atividades operacionais	4.018	30.439
Atividades de investimentos		
(-) Pagamento de aquisição de ativo imobilizado – outros	(20)	-
(-) Pagamento relativos ao ativo intangível	(1.827)	(2.826)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(1.847)	(2.826)
Atividades de financiamento		
(-) Pagamento de participação nos resultados	(502)	(519)
(-) Outros pagamentos da atividade de financiamento	-	(25.580)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(502)	(26.099)
Variação de caixa e equivalente de caixa	1.669	1.514
Caixa - saldo inicial	5.187	3.673
Caixa - saldo final	6.856	5.187
	1.669	1.514
Ativos livres no início do exercício	24.879	58.314
Ativos livres no final do exercício	32.904	24.879
Aumento/(diminuição) nas aplicações financeiras – recursos livres	8.025	(33.435)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros Reserva estatutária	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	254.500	10.290	29.779	-	294.569
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	48.838	48.838
Dividendos propostos (R\$ 124,34 por lote de mil ações)	-	-	-	(11.599)	(11.599)
Destinação do lucro líquido	-	2.442	34.797	(37.239)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	254.500	12.732	64.576	-	331.808
Aumento de capital					
AGE de 27/12/2018	96.018	-	(60.000)	-	36.018
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	22.010	22.010
Dividendos propostos (R\$ 0,24 por ação)	-	-	-	(5.227)	(5.227)
Destinação do lucro líquido	-	1.101	15.682	(16.783)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	350.518	13.833	20.258	-	384.609

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Companhia é integrante do Grupo Bradesco Seguros, sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, autorizada a operar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), exercendo a atividade de Medicina de Grupo, que tem por objeto social: a) operar planos de assistência à saúde coletivos e planos de assistência odontológica; b) desenvolver atividades de prevenção de riscos e doenças e de promoção da saúde, inclusive por meio de assessoria em soluções assistenciais, gestão de programas de saúde, de atenção continuada, medicina ocupacional, prevenção de acidentes do trabalho, reembolso e desconto de medicamentos em farmácias; c) prestar serviços relacionados à operação de assistência à saúde, como serviços de apoio para integração entre sistemas de recursos humanos e de informações sobre assistência à saúde, aluguel e compartilhamento de rede de prestadores de serviços médicos e intermediação de contratação de rede entre operadoras. O endereço da sede da Companhia é Avenida Alphaville, nº 779 - Empresarial 18 do Forte - Barueri - São Paulo, CEP 06472-010.

A Companhia é controlada diretamente pela Bradesco Saúde S.A. e em última instância pelo Banco Bradesco S.A. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns, são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Bradesco em 30 de janeiro de 2019.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis.

a. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 290/2012 e alterações subsequentes.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

b. Base para avaliação, de apresentação e moeda funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, exceto para os ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A moeda funcional da Companhia é o Real.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas: 4 – Aplicações financeiras e 14 – Provisões para ações judiciais, incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil.

d. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários a “valor justo por meio do resultado” estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

(conforme nota explicativa nº 4b).

Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no Ativo ou Passivo Não Circulante.

Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante.

e. Aplicações e Instrumentos financeiros

A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPC’s 38, 39, 40 (R1) e 46, cujos critérios de classificação, mensuração e avaliação, estão descritas a seguir:

(i) Disponível (Caixa e equivalentes a caixa)

São representados por depósitos bancários sem vencimento que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(ii) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Administração tenha a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos classificados nesta categoria são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do exercício.

(iv) Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado no patrimônio líquido é transferido para o resultado do exercício.

(v) Determinação do valor justo

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

(vi) Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente.

Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado do exercício.

(vii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas “Créditos de operações com planos de assistência à saúde” e “Bens e títulos a receber” que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(viii) Redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis

A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável de contraprestações e de taxa de administração a receber com base em estudo técnico que consiste em observar os índices de recebimento em relação às contraprestações emitidas, por cliente, nos últimos seis meses. Para os contratos com parcelas em atraso superior a 90 dias, cujo percentual de recebimento seja menor que 80% das emissões no período em estudo, é provisionada a totalidade do crédito. Nos contratos cujo percentual de recebimento for superior a 80% das emissões no período de estudo, são provisionadas as parcelas vencidas com período igual ou superior a 90 dias.

f. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde, provenientes de contratos vigentes na data do balanço e pelos valores a receber referentes a ressarcimentos de eventos.

g. Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios reconhecidos pelo custo histórico, reduzidos por depreciação acumulada e perdas por reduções ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do exercício.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.

Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado.

A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear de acordo com as seguintes taxas anuais para os exercícios correntes e comparativos: 10% para móveis, utensílios, máquinas, equipamentos, e 20% para equipamentos de informática e benfeitorias em imóveis de terceiros.

h. Intangíveis

Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por impairment. A taxa de amortização é de 20% ao ano.

Despesas de desenvolvimento interno de software são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos softwares de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de softwares desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada gerada durante a vida útil e são testados por impairment, caso haja indicativo de perda.

Despesas subsequentes com softwares são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas como despesas à medida que são incorridas.

i. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

A totalidade da Provisão de eventos/sinistros a liquidar é baseada nos avisos de cobrança dos serviços médico-hospitalares e odontológicos realizados pelos prestadores de serviços, efetivamente recebidos pela Companhia até a data-base do balanço.

j. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

(i) Ativos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

(ii) Passivos contingentes

São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os passivos contingentes classificados como remotos não são divulgados.

(iii) Obrigações legais

Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

k. Benefícios a empregados

(i) Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e registradas no resultado à medida que o respectivo serviço é prestado.

(ii) Obrigações por aposentadoria

Plano de contribuição definida

A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo). O Plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

O Plano de Previdência Complementar conta com contribuições dos funcionários e administradores da Companhia equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e, pela empresa, 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez). As obrigações atuariais do plano de contribuição definida estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente. Além do plano apresentado, está assegurado aos participantes que, em

2001, optaram em migrar do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados naquele plano. Para os participantes ativos, aposentados e pensionistas do plano de benefício definido, em extinção, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

(iii) Outras obrigações pós-emprego

Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 180 ou 270 dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa.

(iv) Outros benefícios de curto prazo

Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e Administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

l. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$240, no exercício, e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

m. Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

As contraprestações e os eventos de planos de assistência à saúde, na modalidade de pós-pagamento, são reconhecidos a partir do aviso de cobrança dos serviços médico-hospitalares e odontológicos realizados pelos prestadores de serviços.

As receitas relacionadas à taxa de administração dos planos de assistência à saúde são reconhecidas mensalmente considerando as disposições contratuais.

A participação mínima dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima são reconhecidos de acordo com determinadas metas estipuladas pela Administração.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos, receitas de dividendos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

n. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2018 e serão aplicáveis quando referendados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

São elas:

CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2018, apresenta novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A Companhia optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 e continuará a aplicar o IAS 39/CPC 38 até a data efetiva do IFRS 17 de Contratos de Seguros.

CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil

Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, o objetivo desta norma é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações, esta norma altera de maneira mais substancial a contabilidade das entidades arrendatárias, sendo também requeridas certas divulgações no caso das entidades arrendadoras.

IFRS 17 – Contratos de Seguros

A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da companhia.

A IFRS 17 entra em vigor para exercícios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022.

Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de referendo da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

3 Gerenciamento de riscos

a. Introdução

A Mediservice está exposta aos riscos de crédito, liquidez, mercado e operacional, provenientes de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros da Companhia.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração e o gerenciamento de riscos.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Companhia.

São realizados investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem forte valor agregado.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho da Companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, funcionários, colaboradores, fornecedores, etc, bem como monitorar os níveis de capital requerido, agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas.

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação dos riscos.

Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo diretrizes e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos, voltados a estas atividades.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado em estrutura independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas).

Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração.

A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos permite que os riscos de crédito, liquidez, mercado e operacional sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

Para assegurar uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um fórum constante de alto nível sobre o tema, com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Essa instância denominada Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros estuda todos os riscos inerentes à estrutura operacional da Companhia, define os limites de tolerância aos seus respectivos riscos e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições.

Adicionalmente, existem os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao Risco de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

b. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

Gerenciamento do risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito da Companhia é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Conforme exposto acima, o gerenciamento de risco de crédito é realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, devidamente avaliados pelas estruturas de gestão de riscos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos em fase de implementação gradual, visando à apuração mensuração e cálculo do capital.

No que tange as aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo visto que mais que 95% dessas aplicações estão concentradas em Títulos de Renda Fixa Público, como demonstrado abaixo:

Ativos Financeiros/Rating	AAA (*)	AA	Total
Valor justo por meio do resultado	346.517	24	346.541
Título de Renda Fixa Público	337.121	-	337.121
Título de Renda Fixa Privado	9.396	24	9.420

(*) Os títulos públicos classificados nessa coluna referem-se a títulos do tesouro brasileiro (risco soberano). Trimestralmente, são realizadas as reuniões dos Comitês Executivos de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros e de Gestão de Risco de Crédito do Banco Bradesco, para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório e aprimoramento nos processos de gestão.

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos da Companhia. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrirmos alta exigência de liquidez.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta:

	2018	
	Prazo estimado de realização	
	Fluxo de Ativos (i)	Fluxo de Passivos (ii)
À vista ou sem vencimento definido	6.856	-
Fluxo de 0 a 3 meses	573.056	216.208
Total	579.912	216.208

(i) Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. O fluxo de ativos considera o disponível, aplicações, créditos de operações com planos de assistência à saúde e bens e títulos a receber. As provisões técnicas foram consideradas a melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento.

(ii) O fluxo de passivos considera os passivos de débitos de operações de assistência à saúde, tributos e encargos sociais a recolher, provisões técnicas de operações de assistência à saúde e os débitos diversos. O fluxo de ativos considera o disponível, aplicações, créditos de operações com planos de assistência à saúde e bens e títulos a receber.

Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam a Companhia o estabelecimento de reserva mínima de liquidez, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez. Trimestralmente, é realizada a reunião do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

d. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos

continua

instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação devidamente aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo realizado de forma corporativa é aprovado pelo Conselho de Administração do Conglomerado Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em comitês específicos de negócios, bem como pelos Comitês Executivos de Investimentos e de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros. Posteriormente, são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira de investimento financeiro da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das linhas de negócio. Nesse tipo de operação a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas.

O principal risco monitorado é o risco de taxa de juros.

Modelos de mensuração do risco de mercado

As posições são mensuradas mediante a metodologia de VaR Delta-Normal para o horizonte de 1 dia, com nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas a partir de métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes. A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (*Economic Value Equity*), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente ajuste contábil.

Análise de sensibilidade de risco de mercado

A Companhia possui exposição em ativos financeiros renda fixa considerado de baixo risco. Sendo assim, o choque proveniente do deslocamento de 1 ponto base na curva mais o efeito fiscal geram impactos em resultado e patrimônio líquido menor que R\$1 mil.

e. Risco operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

Gerenciamento do risco operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento.

Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo as seguintes atribuições:

- Garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Risco Operacional e de Continuidade de Negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar, as definições e critérios e cálculos referentes ao montante da alocação de capital; e
- Avaliar e submeter à validação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente.

Procedimentos de controle e monitoramento contínuo

- Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes de risco operacional, assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento e controle do processo, possibilitando à redução dos impactos, ao menor custo; e
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

f. Gerenciamento de capital

- Gerenciamento de capital é realizado de forma corporativa e visa assegurar que o Grupo Bradesco Seguros mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características de cada empresa do Grupo. Para tanto, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação.
- Processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, atendendo os limites definidos pelos Órgãos Reguladores e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

g. Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

4 Aplicações financeiras

a. Resumo da classificação das aplicações financeiras

	2018	%	2017	%
Títulos a valor justo por meio do resultado	346.541	100,00	323.773	100,00
Títulos de renda fixa - fundos de investimento	346.541	100,00	323.773	100,00

b. Composição das aplicações financeiras por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

Os valores dos títulos que compõem os investimentos, relativos a fundos de investimentos exclusivos do Grupo Bradesco Seguros, estão abaixo apresentados com base no percentual de participação da Companhia naquele fundo.

	2018					
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/Valor justo	Ajuste a valor justo
Valor justo por meio do resultado						
Letras financeiras do tesouro	-	25	-	337.096	337.121	337.108
Letras do tesouro nacional - operação compromissada (nota 18)	4.604	-	-	-	4.604	4.604
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada (nota 18)	4.084	-	-	4.084	4.084	-
Letras financeiras de emissores privados	-	181	317	234	732	731
Total	8.688	206	317	337.330	346.541	346.527
Valor justo por meio do resultado						
Letras financeiras do tesouro	-	36.101	23.220	257.758	317.079	317.061
Notas do tesouro nacional - operação compromissada (nota 18)	6.252	-	-	-	6.252	6.252
Letras financeiras de emissores privados	-	-	-	442	442	441
Total	6.252	36.101	23.220	258.200	323.773	323.754

c. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2018	2017
Total das provisões técnicas (A)	176.030	205.312
Quotas de fundos de investimentos (B)	320.493	304.081
Suficiência (B) - (A)	144.463	98.769

d. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- Nível 2:** *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3:** Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	2018			2017		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Valor justo por meio do resultado						
Letras financeiras do tesouro	337.121	-	337.121	317.079	-	317.079
Letras do tesouro nacional - operação compromissada (nota 18)	-	4.604	4.604	-	-	-
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada (nota 18)	-	4.084	4.084	-	-	-
Letras financeiras de emissores privados	-	732	732	-	442	442
Notas do tesouro nacional - operação compromissada	-	-	-	-	6.252	6.252
Total	337.121	9.420	346.541	317.079	6.694	323.773

e. Movimentação das aplicações financeiras

	2018	2017
Saldo em 1º de janeiro	323.773	324.512
(+) Aplicações	1.310.474	1.506.611
(-) Resgates	(1.310.401)	(1.541.654)
(+) Rendimentos - ativos a valor justo por meio do resultado	22.695	34.304
Saldo em 31 de dezembro	346.541	323.773

f. Desempenho

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 2018, o desempenho global dos ativos financeiros atingiu 100% do CDI no acumulado do exercício, em relação ao referido *benchmark* as taxas médias contratadas das aplicações, por indexador, foi 100% da SELIC (títulos pós-fixados).

5 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui posição pendente de derivativos, em 31 de dezembro de 2018.

6 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

a. Contraprestação pecuniária a receber por faixa de vencimento

	2018	2017
A vencer:		
Até 30 dias	167.913	214.115
De 31 a 120 dias	6.670	-
Total a vencer	174.583	214.115
Vencidos:		
Até 30 dias	23.935	36.009
De 31 a 120 dias	20.603	12.567
Acima de 121 dias	10.732	10.887
Total vencidos	55.270	59.463
Provisão para risco de crédito	(15.647)	(8.633)
Total	214.206	264.945

b. Movimentação de contraprestação pecuniária a receber

	2018	2017
Saldo em 1º de janeiro	264.945	251.616
(+) Contraprestações emitidas	1.314.606	1.513.942
(+) Taxa de administração e de implantação	67.739	80.395
(-) Recebimentos	(1.426.628)	(1.582.628)
(+/-) Reversão/constituição de provisão de perda	(7.014)	1.620
Saldo em 31 de dezembro	214.206	264.945

7 Créditos tributários e previdenciários

a. Ativos fiscais

	2018			2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Créditos tributários diferidos (i)	-	10.727	10.727	-	7.549	7.549
Impostos a compensar	2.803	-	2.803	2.985	-	2.985
Outros créditos tributários e previdenciários (*)	-	18.954	18.954	-	18.085	18.085
Total	2.803	29.681	32.484	2.985	25.634	28.619

(*) Refere-se a valor de INSS - alíquota de 15% sobre o valor pago às cooperativas de trabalho com trânsito julgado favorável no montante de R\$ 18.954, sendo de principal R\$ 16.442 e R\$ 2.512 de atualização monetária.

(i) Créditos tributários diferidos

	Saldo em 2017	Constituição	Realização	Saldo em 2018
Provisão para contingências cíveis	4.033	-	(73)	3.960
Provisão para riscos de crédito	2.935	2.385	-	5.320
Provisão para contingências trabalhistas	416	-	(69)	347
Provisão para contingências fiscais	-	686	-	686
Outros	165	249	-	414
Total	7.549	3.320	(142)	10.727

	Saldo em 2016	Constituição	Realização	Saldo em 2017
Provisão para contingências cíveis	5.859	3.001	(4.827)	4.033
Provisão para riscos de crédito	3.482	2.978	(3.525)	2.935
Provisão para contingências trabalhistas	1.192	977	(1.753)	416
Provisão para participação lucros empregados	185	178	(202)	161
Outros	4	-	-	4
Total	10.722	7.134	(10.307)	7.549

(ii) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2019	2.068	744	2.812
2020	1.368	492	1.860
2021	1.001	360	1.361
2022	806	290	1.096
2023 em diante	2.646	952	3.598
Total	7.889	2.838	10.727

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2018, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 10.026 (R\$ 7.045 em 31 de dezembro de 2017) referente a diferenças temporárias.

8 Depósitos judiciais e fiscais

	2018	2017
Trabalhistas	997	753
Depósitos judiciais de sinistros	2.763	1.343
Total	3.760	2.096

9 Imobilizado

	Saldo em 2017	Aquisição	Depreciação	Saldo em 2018
Bens móveis	298	20	(59)	259
Outras imobilizações	944	-	(141)	803
Total	1.242	20	(200)	1.062

	Saldo em 2016	Aquisição	Depreciação	Saldo em 2017
Bens móveis	359	-	(61)	298
Outras imobilizações	1.095	-	(151)	944
Total	1.454	-	(212)	1.242

10 Intangível

	Saldo em 2017	Aquisição	Amortização	Saldo em 2018
Software	5.730	1.827	(1.711)	5.846
Total	5.730	1.827	(1.711)	5.846

	Saldo em 2016	Aquisição	Amortização	Saldo em 2017
Software	4.204	2.826	(1.300)	5.730
Total	4.204	2.826	(1.300)	5.730

11 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	2018	2017
Saldo em 1º de janeiro	205.312	212.877
Eventos conhecidos (*)	1.401.423	1.597.715
Eventos pagos	(1.430.843)	(1.606.277)
Programa Promoprev	138	997
Saldo em 31 de dezembro	176.030	205.312

(*) O valor de eventos conhecidos está bruto das recuperações no montante de R\$ 299 (R\$ 605 em 31 de dezembro de 2017).

12 Tributos e encargos sociais a recolher

	2018	2017
Retenção de impostos e contribuições	8.922	9.235
Imposto de renda	803	476
Contribuição social	336	333
Outros tributos e encargos sociais a recolher	387	369
Total	10.448	10.413

13 Débitos diversos

	2018	2017
Depósitos de terceiros (i)	12.227	8.166
Partes relacionadas (nota 18)	5.486	36.382
Obrigações com pessoal	832	967
Fornecedores	875	1.296
Outros débitos	6.316	24.631
Total	25.736	71.442

(i) Aging de depósito de terceiros

De 1 a 30 dias	5.388	5.121
De 31 a 180 dias	5.586	2.282
De 181 a 360 dias	360	

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras provisões	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	1.701	4.022	17.235	-	22.958
Contribuições líquidas das reversões e baixas	(866)	(2.743)	(534)	709	(3.434)
Pagamentos	(882)	(56)	(4.206)	-	(5.144)
Atualização monetária	47	-	-	-	47
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	1.223	12.495	709	14.427

15 Patrimônio líquido

a. Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 93.281.729 ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

Os dividendos foram calculados conforme se segue:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	22.010	48.838
Constituição da reserva legal	(1.101)	(2.442)
Base de cálculo dos dividendos	20.909	46.396
Dividendos propostos/antecipados (nota 18)	5.227	11.599
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	25,00%	25,00%

b. Reserva legal

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

c. Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

d. Atos societários

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2018, foi deliberado o aumento de capital, no montante de R\$96.018, sendo R\$60.000 decorrentes da conta de reserva estatutária e R\$36.018 em integralização de créditos existentes na Companhia provenientes de dividendos propostos em 2017, sem emissão de ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

16 Patrimônio líquido ajustado e margem de solvência

A seguir detalhamos o cálculo do patrimônio líquido ajustado e margem de solvência na data-base:

Patrimônio líquido contábil	384.609
(-) Despesas antecipadas	(8)
(-) Ativos intangíveis	(5.846)
Patrimônio líquido ajustado	378.755
Margem de solvência	
(A) 0,20 vezes de 50 % das contraprestações - Últimos 12 meses	147.517
(B) 0,33 vezes de 50 % da média de eventos intenzivos - Últimos 36 meses	250.540
Maior entre (A) e (B)	250.540
Suficiência	128.215

17 Benefícios a empregados

Planos de Previdência Complementar

A contribuição para os planos durante o exercício de 2018 totalizou R\$41 (R\$63 em 31 de dezembro 2017), que estão integralmente cobertos por provisões técnicas, que totalizam R\$288 (R\$252 em 31 de dezembro de 2017) em benefícios a conceder.

Além desse benefício, a Companhia oferece aos seus funcionários e administradores também seguro de acidentes, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional.

18 Transações e saldos com partes relacionadas

	2018	2017		2018	2017
Ativo	16.469	6.652	Receitas	3.767	-
Disponível	6.856	400	Contraprestações recebidas	3.767	-
Banco Bradesco S.A. (controlador final)	6.856	400	IRB Brasil Resseguros S/A	3.767	-
Aplicações financeiras	8.688	6.252	Despesas	(59.875)	(67.400)
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (c)	8.688	6.252	Rateio das despesas administrativas (a)	(3.489)	(3.957)
			Bradesco Seguros S.A.		
			(controladora indireta)	(3.489)	(3.957)
Contraprestações a receber	925	-	Despesa com prestação de serviços (b)	(7.106)	(7.889)
IRB Brasil Resseguros S.A.	925	-	Companhia Brasileira de Gestão de		
			Serviços (empresa ligada)	(5.622)	(6.281)
			Companhia Brasileira de Soluções e		
			Serviços (empresa ligada)	(815)	(667)
Passivo	11.228	41.820	Odontoprev S.A. (empresa ligada)	(525)	(822)
			Prevsauê Comercial de Produtos e de		
			Benefícios de Farmácia Ltda.		
			(empresa ligada)	(144)	(119)
Valores a pagar	5.486	36.382	Despesa com aluguel	(1.530)	(1.252)
Débitos diversos	259	364	Bradesco Seguros S.A.		
Bradesco Seguros S.A.			(controladora indireta) (a)	259	364
			Banco Bradesco S.A. (controlador final)	(11)	(185)
			BSP Empreendimentos Imobiliários Ltda.		
			(empresa ligada)	(1.519)	(1.067)
Dividendos a pagar	5.227	36.018	Eventos avisados	(47.675)	(54.231)
Bradesco Saúde S.A. (controladora direta)	5.227	36.018	Fleury S.A.		
			(investida do Grupo Bradesco Seguros) ...	(46.946)	(53.583)
			Novamed Gestão de Clínicas Ltda.		
			(empresa ligada)	(692)	(648)
Sinistros a pagar	5.742	5.438	Papaiz Associados S/C Ltda	(29)	-
Fleury S.A. (investida do Grupo Bradesco Seguros)	5.561	5.220	Inst. de Radiologia de Natal	(6)	-
Novamed Gestão de Clínicas Ltda.			Serdil Serviço Especial em		
(Empresa ligada)	179	218	Radiodiagnóstico Ltda	(2)	-
Serdil Serviço Especial em			Outras Despesas	(75)	(71)
Radiodiagnóstico Ltda (empresa ligada)	2	-	Banco Bradesco S.A. (controlador final) (d)	(75)	(71)
			Total (Ativo - Passivo)	5.241	(35.168)
			Total (Despesas)	(56.108)	(67.400)

(a) O rateio das despesas administrativas compartilhadas é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada sociedade filiada, sobre o total de despesas incorridas pela sociedade de comando do Grupo Bradesco Seguros, no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na Convenção do Grupo Bradesco Seguros.

DIRETORIA	
Manoel Antonio Peres	Diretor Presidente
Ivan Luiz Gontijo Júnior	Diretor-Gerente
Curt Cortese Zimmermann	Diretor-Gerente
Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa	Diretor-Gerente
Flávio Bitter	Diretor-Gerente
Thais Jorge de Oliveira e Silva	Diretora
Juliano Ribeiro Marçilio	Diretor
Sylvio Roberto Alves Vilardi	Diretor
Fabio Miranda Daher	Diretor

Getúlio Antônio Guidini
Contador CRC-1RS03447/O-7S-SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Mediservice – Operadora de Planos de Saúde S.A.
Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Mediservice – Operadora de Planos de Saúde S.A. (“Operadora”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mediservice – Operadora de Planos de Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Operadora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Operadora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

(b) Refere-se à prestação de serviço de processamento de informações relativas a eventos e alimentação.

(c) Refere-se a operações compromissadas de títulos públicos.

(d) Despesas com CETIP e serviços de ações escriturais.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, que é aprovada em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social. Em 2018, foi determinado o valor máximo de R\$108 (R\$ 84 em 2017) para a remuneração dos Administradores.

19 Detalhamento das contas de resultado

a. Outras despesas operacionais

	2018	2017
Outras despesas operacionais		
Despesas com encargos sociais	(5.266)	(6.845)
Despesas com serviços de terceiros	(17.466)	(16.641)
Reversão/(constituição) de provisão para perdas sobre créditos	(7.014)	1.802
Despesa com condenações judiciais	177	4.739
Programa PROMOPREV	(197)	(1.136)
Materiais diversos	(2.633)	(3.265)
Total	(32.399)	(21.346)

b. Despesas administrativas

	2018	2017
Despesas administrativas		
Despesas com pessoal próprio	(6.448)	(6.639)
Ordenados	(3.151)	(2.981)
INSS/FGTS	(970)	(1.213)
Planos de previdência privada (nota 17)	(41)	(63)
Outras	(2.286)	(2.382)
Despesas com serviços de terceiros	(8.390)	(7.377)
Despesas com localização e funcionamento	(5.639)	(5.412)
Despesas com publicações	(400)	(477)
Despesas com taxa de saúde suplementar	(1.191)	(1.692)
Despesas com donativos e contribuições	(133)	(270)
Outras	(312)	(173)
Total	(22.513)	(22.040)

c. Resultado financeiro líquido

	2018	2017
Resultados financeiros		
Receitas com títulos de renda fixa	22.695	34.304
Atualização monetária de créditos tributários	1.252	2.326
Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais	128	211
Outras receitas financeiras	3	333
Subtotal	24.078	37.174
Despesas financeiras		
Atualização monetária de contingências passivas	(71)	(47)
Encargos sobre tributos	(6)	(47)
Outras despesas financeiras	(1.487)	(2.792)
Subtotal	(1.564)	(2.886)
Total	22.514	34.288

d. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2018	2017
Impostos diferidos		
Reversão/constituição no exercício sobre adições temporárias	3.178	(3.174)
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(16.348)	(22.276)
Imposto de renda e contribuição social devidos	(13.170)	(25.450)

20 Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	2018	2017
Resultado antes de impostos e participações	35.706	74.746
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas básicas de 25% e 9%, respectivamente	(12.140)	(25.414)
Participações no lucro	179	156
Receitas não tributáveis, líquidas de despesas indedutíveis	(1.358)	(798)
Outros	149	606
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(13.170)	(25.450)
Alíquota efetiva	36,88%	34,05%

21 Outras informações

a. Relatório do Comitê de Auditoria

O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado junto com as demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A. (acionista controlador final) em 5 de fevereiro de 2019, nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado de São Paulo.

b. Conciliação do lucro líquido com as atividades operacionais

	2018	2017
Resultado líquido do exercício	22.010	48.838
Ajustes que não representam entrada ou saída de caixa:		
(+) Depreciações e amortizações	1.911	1.512
(+/-) Outros	502	519
(+/-) Variação das aplicações	(22.768)	739
(+/-) Aplicações garantidoras de provisões técnicas	(16.412)	(37.883)
(+/-) Aplicações livres	(6.356)	38.622
(+/-) Variação dos créditos de operações com planos de assistência à saúde	49.632	(11.890)
(+/-) Contraprestação pecuniária/prêmios a receber	50.739	(13.329)
(+/-) Operadoras de planos de assistência à saúde	208	152
(+/-) Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	(1.315)	1.287
(+/-) Variação de créditos tributários e previdenciários	(3.865)	1.560
(+/-) Variação de bens e títulos a receber	349	(1.165)
(+/-) Variação de despesas antecipadas	(2)	(2)
(+/-) Variação de depósitos judiciais e fiscais	(1.664)	1.711
(+/-) Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(29.282)	(7.565)
(+/-) Variação de débitos de operações de assistência à saúde	1.147	4.650
(+/-) Variação de provisões	928	(8.531)
(+/-) Variação de tributos e encargos sociais a recolher	35	(6.235)
(+/-) Variação de débitos diversos	(14.915)	6.298
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	4.018	30.439

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria de acordo com nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomando, individualmente ou em conjunto, decisões com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos o nosso relatório sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 26 de fevereiro de 2019



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0